



GT3 - Planejamento urbano, Direito à Cidade e Inclusão Social

PARQUE JARDIM FLAMBOYANT: USOS E QUALIFICAÇÕES DE PRAÇAS ENQUANTO ESPAÇOS PÚBLICOS DE LAZER

JARDIM FLAMBOYANT PARK: USES AND QUALIFICATIONS FROM SQUARES TO PUBLIC LEISURE SPACES

Eliã Lopes Pimenta Machado¹
Elis de Araújo Miranda²

RESUMO

O Parque Jardim Flamboyant, planejado e fundado nos anos de 1970, está localizado a três quilômetros do centro da cidade de Campos dos Goytacazes e possui um *status* de classe média alta, com oferta de ampla rede de mobilidade, sendo atravessado por avenidas, ruas, ciclovias e ciclo-faixas. O bairro possui duas praças: i) Praça dos Trovadores (Praça 1) e ii) Praça Poeta Antônio Roberto Fernandes (Praça 2), sendo ambas com grande área de extensão, arborização e calçamento. Entretanto, a Praça 1 é bastante utilizada enquanto e apresenta equipamentos e serviços diversos; enquanto a Praça 2 não recebe a mesma atenção pelo público e gestores municipais. Assim, este trabalho visa investigar as ações de intervenção do poder público municipal que potencializa ou inibe o uso das praças do Flamboyant tanto pelo público quanto por aqueles que oferecem serviços no interior da praça. Especificamente, analisaremos o conteúdo paisagístico, de infraestrutura e eventos existentes em cada uma das praças, busca-se investigar a infraestrutura urbanística existente no entorno das praças e identificar tipologias de usuários. A metodologia consiste em levantamentos bibliográficos sobre políticas públicas de lazer associado ao planejamento urbano, definir os conceitos de lazer, segregação socioespacial e dialogar com autores desses campos do conhecimento a fim de encontrar uma explicação para o fenômeno descrito. Serão feitas pesquisas documentais em notícias jornalísticas, *blogs* e *sites* da prefeitura e demais veículos sobre o objeto de pesquisa, assim como registros produzir mapas das áreas estudadas e os respectivos equipamentos instalados nas praças; realizar entrevistas semiestruturadas com usuários, comerciantes e vizinhos das praças. Dessa forma, a pesquisa propõe refletir sobre as políticas públicas de lazer, a relação entre essas políticas com a qualidade de vida urbana.

PALAVRAS-CHAVE: Políticas Públicas de Lazer; Praças; Campos dos Goytacazes.

¹Graduada em Geografia pelo Instituto Federal Fluminense (IFF), Mestranda em Desenvolvimento Regional, Ambiente e Políticas Públicas (PPGDAP - UFF) - eliapimenta2016@gmail.com

²Graduação em Geografia pela (UFPA), Mestrado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (UFPA), Doutorado em Planejamento Urbano e Regional (UFRJ) - Docente UFF – Departamento de Geografia e Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Ambiente e Políticas Públicas – PPGDAP - elismiranda@id.uff.br.

ABSTRACT

Parque Jardim Flamboyant, planned and founded in the 1970s, is located three kilometers from the city center of Campos dos Goytacazes and has an upper middle class status, offering a wide mobility network, being crossed by avenues, streets, cycle paths and cycle lanes. The neighborhood has two squares: i) Praça dos Trovadores (Square 1) and ii) Praça Poeta Antônio Roberto Fernandes (Square 2), both with a large area, trees and sidewalks. However, Praça 1 is widely used and features various equipment and services; while Praça 2 does not receive the same attention from the public and municipal managers. Therefore, this work aims to investigate the intervention actions of the municipal public authorities that enhance or inhibit the use of the Flamboyant squares both by the public and by those who offer services inside the square. Specifically, we will analyze the landscape content, infrastructure and events existing in each of the squares, seeking to investigate the urban infrastructure existing around the squares and identify user typologies. The methodology consists of bibliographical surveys on public leisure policies associated with urban planning, defining the concepts of leisure, socio-spatial segregation and dialoging with authors from these fields of knowledge in order to find an explanation for the phenomenon described. Documentary research will be carried out in journalistic news, blogs and city hall websites and other vehicles on the research object, as well as records producing maps of the areas studied and the respective equipment installed in the squares; carry out semi-structured interviews with users, traders and neighbors of the squares. In this way, the research proposes to reflect on public leisure policies, the relationship between these policies and the quality of urban life

KEYWORDS: Public Leisure Policies; Squares; Campos dos Goytacazes.

1 INTRODUÇÃO

O Parque Jardim Flamboyant possui um status de um bairro de classe média alta em Campos dos Goytacazes, município localizado na região Norte do estado do Rio de Janeiro. Tal parque, um bairro planejado nos anos 1970, encontra-se distante aproximadamente três quilômetros do centro da cidade de Campos dos Goytacazes. O município de Campos dos Goytacazes³ possui população 483.551 habitantes com um PIB per capita de R\$72.243,98 segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); entretanto o salário médio mensal dos trabalhadores formais é de 2,2 salários mínimos (IBGE, 2021); com rendimento nominal mensal per capita de até 1/2 salário mínimo (2010) é de 37,7%.

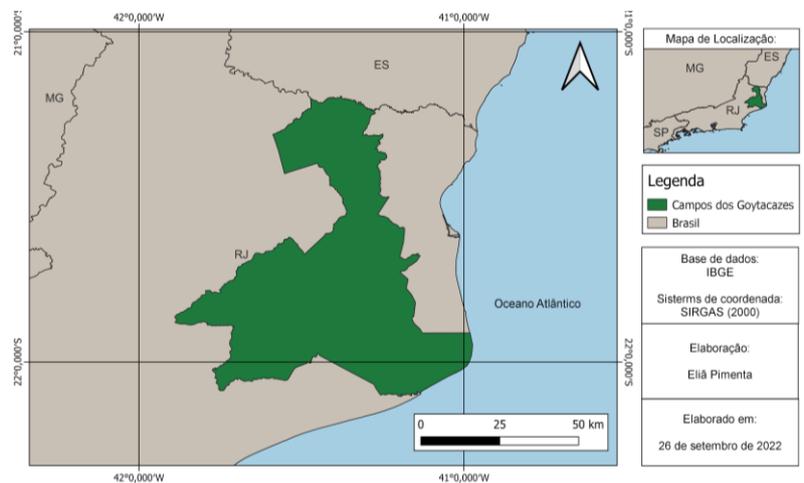
No que se refere à educação, Campos possui 64.513 estudantes matriculados no ensino fundamental em 2023 e apenas 17.111 estudantes matriculados no ensino médio, o que demonstra que 47.402 estudantes que concluíram o ensino fundamental não ingressam, se quer, no ensino médio. Importa ressaltar que Campos dos Goytacazes encontra-se no ranking dos cinco municípios brasileiros com os maiores volumes de

³ Acesso em: (www. <http://www.inforoyalties.ucam-campos.br/> acesso em 18/10/2024).

recursos advindos de royalties de petróleo, tendo recebido em 2023 o valor de R\$108.425.595,75.11

O município Campos dos Goytacazes tem destaque nacional pelo seu histórico associado à produção sucroalcooleira e nas últimas décadas do século XXI encontra-se inserido na região produtora de petróleo no Brasil. Os dados socioeconômicos expostos, tem por objetivo demonstrar que Campos apresenta níveis de desigualdades sócio-econômicas que se expressam espacialmente. A análise do uso das praças do Parque Jardim Flamboyant objetiva expor que as desigualdades socioespaciais e os processos de segregação sócio-espaciais são fruto de ações do poder público e de grupos empresariais locais.

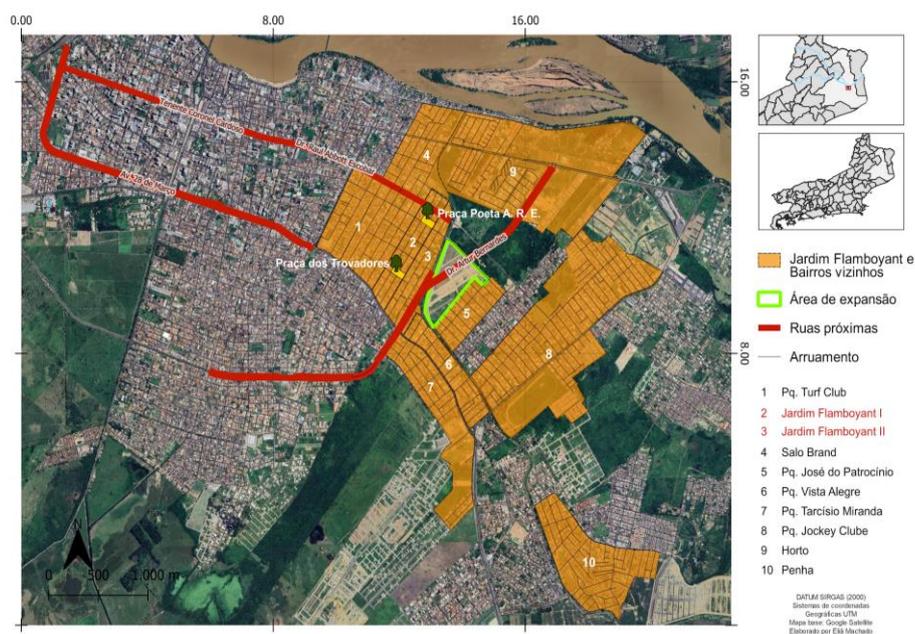
Figura 1 – Mapa de localização do município de Campos dos Goytacazes



Fonte: Elaborado pela autora (2022)

A figura 1 apresenta a localização e a dimensão do território municipal. Enquanto a figura 2 apresenta o recorte espacial em análise: as Praças do Parque Jardim Flamboyant.

Figura 2 – Localização do Jardim Flamboyant



Fonte: Elaborado pela autora (2024)

Na imagem da Figura 2, pode-se visualizar que a praça Poeta Antonio Roberto Fernandes (Praça 2) faz limites com parques como Jockey e Penha considerados bairros periféricos com concentração de população de baixa renda; enquanto a Praça 1, encontra-se mais próxima às residências unifamiliares de alto padrão construídas na área central do bairro. Ainda podemos ver no mapa, as vias mais importantes da cidade de Campos, os bairros adjacentes e uma nova área de expansão próximo ao Flamboyant. Nesta área, grandes investimentos estão ganhando forma, como o Jardins do Flamboyant anunciado em 2022 e subsequente a isso, a companhia Barcelos também anuncia a instalação de mais uma unidade da rede de supermercados a ser instalada na área de expansão, cercada por um hospital, condomínios de alto padrão e lotes com 400m² e a Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF).

O Jardim Flamboyant teve sua fundação nos anos de 1970 com lotes que se destinavam a classe de poder aquisitivo alto. Sendo assim, o início de suas construções visavam residências unifamiliares e apartamentos que ofereciam segurança, qualidade de vida e infraestrutura urbanística. (Freitas; Faria, 2011, p.73). Em 2017 sofreu uma alteração a partir do Plano Diretor Urbano de 2017 que liberou o gabarito para a construção de prédios de 7 a 12 andares, provocando um adensamento e descaracterização do bairro.

O local de estudo possui duas praças de lazer denominadas como Praça dos Trovadores (Praça 1) e Praça Poeta Antonio Roberto Fernandes (Praça 2). As duas praças possuem uma grande área de extensão, mas há algo que as diferenciam: as formas de uso e tipos de serviços oferecidos em cada uma delas. Assim, as praças são o núcleo dessa pesquisa são de fundamental importância para a qualidade de vida de utentes da cidade. Segundo a afirmação de Xavier (2004):

[...] o lazer apresenta-se como um fenômeno tipicamente urbano e historicamente construído no processo da Revolução Industrial. Além disso, é visto como um dos indicadores da qualidade de vida dos habitantes das cidades e a sua adequada distribuição é fundamental para minimizar os efeitos da organização urbana. (XAVIER, 2004, p.3)

Visto isso, o lazer caracteriza-se como um direito social e fundamental do ser humano, uma vez que do lazer provém a qualidade de vida, sociabilidade e até mesmo o melhor funcionamento da cidade. Ao passo disso, podemos ver na cidade a forma desigual que os espaços de lazer são produzidos e administrados. Bahia e Lobato (2022) nos fazem entender como esse processo acontece de forma multiescalar ao nos exemplificam que utilização dos espaços de lazer nas cidades, consolidaram-se por lógicas excludentes e segregadoras ao longo do tempo mesmo o lazer sendo reconhecido na Constituição Federal um direito social por lei administrado pelo dever do Estado. (Bahia; Lobato, 2022, p.114).

Na atualidade, parece que pontos ainda precisam ser mudados. A autora Lettieri (2019) nos afirma através de recentes estudos que muitas vezes os investimentos nestes espaços não se dão de forma homogênea ou igualitária, privilegiando determinadas áreas e grupos sociais em detrimento de outras e esse processo ocorre de forma multiescalar, guiado pelas ações capitalistas presentes no espaço urbano (Lettieri, 2019, p. 53).

O planejamento urbano possui relevante papel no que concerne aos espaços públicos de lazer, sua produção, conservação, uso, dentre outros aspectos são determinantes para a atração de usuários para usufruto de tais espaços. Isto é, os espaços de lazer estão destinados a gestão municipal, numa escala local representando o Estado, que irá criar esses espaços e conservá-los como assim é previsto. Por meio deste trabalho, pretende-se entender também de que forma a gestão local administra os espaços públicos de lazer na cidade e se as intervenções da gestão municipal contribuem para a atração ou inibição do uso de um determinado espaço.

O presente trabalho tem como objetivo principal apresentar a metodologia que será utilizada na investigação sobre as ações de intervenção do poder público municipal que potencialize ou inibe o uso das praças do Parque Jardim Flamboyant, discutindo e analisando os espaços públicos de lazer. Dessa forma, discutir também seus respectivos usos, a infraestrutura urbanística das praças e seu entorno, as relações de sociabilidade de seus usuários, os aspectos socioeconômicos dos mesmos.

A importância desse trabalho consiste explicitar como o poder público municipal, numa escala local, pode administrar as políticas públicas de lazer e os espaços de lazer de forma desigual intensificando o debate sobre as desigualdades do lazer e as transformações dos mesmos na cidade capitalista.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Serpa (2016) salienta que as demandas por lazer proporcionadas pelos espaços públicos de lazer para o consumo das novas classes médias configuram-se como estimuladores de complexas transformações urbanas, as quais modificam as relações entre os diferentes espaços urbanos, bem como entre estes e seus usuários, gerando consequências diversas para a vida na cidade. (Serpa, 2016, p.52)

Uma das mais evidentes resultantes desse processo é a ocorrência das diferenças sócio-espaciais que são inevitáveis e necessárias ao capitalismo. De acordo com Corrêa (2007), de modo contínuo, o capital industrial e financeiro iria simultaneamente fragmentar e articular a superfície terrestre, estabelecendo instáveis diferenças sócio-espaciais, passíveis de apreensão em diversas escalas, inclusive a do espaço intra-urbano. Nessa perspectiva, as práticas sociais guiadas pelo capitalismo contribuem para a existência da diferenciação socioespacial, que segundo Corrêa (2007), constitui ações espacialmente localizadas, engendradas por agentes sociais concretos, visando a objetivar seus projetos específicos.

Para Haesbaert (1999), as diferenciações espaciais são fruto da globalização na medida em que o reforço da economia de mercado se dá via a diversificação do consumo, pois a diversidade permite uma maior lucratividade. Assim, por exemplo, novos nichos de mercado são criados em função da valorização de hábitos locais/regionais. Ainda nesta perspectiva, muitos enxergam os espaços públicos de lazer como propósito de aplicações e expressão de modismos, tendo então classes e frações de classe que podem se apropriar de modo territorializado e segregacionista nesses espaços. (Serpa, 2016, p.67).

Entendemos que as praças do Parque Jardim Flamboyant podem ser ligas por meio desses conceitos, visto que identificamos que se tratam de espaços públicos de lazer, criadas no contexto da expansão urbana para fins de atender a uma determinada classe social e que as intervenções do poder público em ambos os espaços, ora estimulando, ora inibindo os usos por um determinado público, é o poder público o principal agente promotor da segregação socioespacial.

3 A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO: UMA INVESTIGAÇÃO DO CONCEITO E SUA PRODUÇÃO.

A partir deste momento serão acionadas as concepções referentes ao espaço urbano e seus desdobramentos discutindo sobre as ações dos agentes produtores deste espaço que estão envolvidos neste processo de organização. O conceito de espaço urbano é importante para entendermos a dinâmica em que o espaço público de lazer se constrói, de acordo com Corrêa (1995) o espaço é produção social concreta e simbólica, historicamente construído. Para Lefebvre (2008) o espaço urbano define-se portanto não como a realidade acabada, situada, em relação à realidade atual, de maneira recuada no tempo, mas, ao contrário, como horizonte, como virtualidade iluminadora. O urbano é o possível, definido por uma direção, no fim do percurso que vai em direção a ele. Para atingi-lo, isto é, para realizá-lo, é preciso em princípio contornar ou romper com os obstáculos que atualmente o tornam impossível (Lefebvre, 2008, p.26).

Dessa forma, se faz necessário discutir as relações sociais que consistem na relação do espaço com os objetos que nele se encontram. Essa relação é constituída entre a materialidade, sistemas simbólicos e a temporalidade, ou seja, entre formas, funções de estruturas e processos lidos de formas associadas e imbricadas.

Discutindo ainda a cidade e a realidade urbana, numa perspectiva crítica estruturalista da cidade. Castells (1978) afirma que o espaço urbano é estruturado e os processos sociais a que a ele se referem, expressam os determinismos de cada tipo e de cada período de organização social. Desse modo, Castells (1978) salienta que o espaço deve ser analisado como expressão da estrutura social, tendo como objeto de estudo elementos econômicos, políticos, culturais, estéticos e ideológicos. Somando-se a isso, deve-se levar em consideração suas combinações e práticas sociais que do espaço derivam. Assim, a cidade torna-se o local onde se instala a superestrutura político-

administrativa de uma sociedade, ou seja, é na cidade que se institui um sistema hierárquico alicerçado em classes sociais, bem como o sistema político e institucional.

O autor salienta que o espaço é um produto material em relação a outros elementos materiais, incluindo os homens e estes contraem determinadas relações sociais e dão espaço a uma forma, função e significação social. No processo de estruturação das cidades, podemos observar historicamente uma série de disputas e essas disputas pelo espaço podem gerar uma diferenciação socioespacial que se caracteriza pela segregação. Segundo Villaça (1998):

[...] a segregação deriva de uma luta ou disputa por localização; esta se dá, no entanto, entre grupos sociais ou entre classes [...] A dimensão da luta aparece quando se introduz a segregação por classe, [...] a segregação seria um processo dialético, em que a segregação de uns provoca, ao mesmo tempo, a segregação de outros (VILLAÇA, 1998, p. 148).

Uma das mais evidentes resultantes desse processo é a ocorrência das diferenças sócio-espaciais que são inevitáveis e necessárias ao capitalismo. De acordo com Corrêa (2007), de modo contínuo, o capital industrial e financeiro iria simultaneamente fragmentar e articular a superfície terrestre, estabelecendo instáveis diferenças sócio-espaciais, passíveis de apreensão em diversas escalas, inclusive a do espaço intra-urbano. Nessa perspectiva, as práticas sociais guiadas pelo capitalismo contribuem para a existência da diferenciação socioespacial, que segundo Corrêa (2007), constituem ações espacialmente localizadas, engendradas por agentes sociais concretos, visando a objetivar seus projetos específicos.

Na obra “O espaço urbano” de Corrêa (1989) nos é evidente o processo de estrutura deste espaço. Dessa forma, para o autor, o espaço da cidade capitalista se constitui então por conflitos e esses são envoltos então de relações, sejam sociais, políticas, culturais ou econômicas. Essas então constituíram a produção e reprodução da cidade.

Neste contexto, o espaço urbano então se torna um produto das ações dos agentes produtores que são: proprietários fundiários, proprietários dos meios de produção, promotores imobiliários, Estado e grupos sociais excluídos e cada um desses grupos por sua vez encubem-se dar dinâmica a esse espaço urbano, cada um com seus interesses individuais. Esses fatores objetificam então de que maneira o espaço urbano transforma-se concomitantemente a forma em que esses produtores se relacionam, se reproduzem, sob a lógica capitalista. (Corrêa, 1989, p.11).

Buscamos, então, identificar quais são os agentes associados à produção do espaço público de lazer, quais são os agentes associados à gestão dos espaços e quais são os que definem seus usos e ainda quais são os excluídos dos processos.

4 IMAGENS DA CIDADE: LEITURA DAS PAISAGEM DOS ESPAÇOS PÚBLICOS DE LAZER

No que diz respeito ao planejamento urbano, podemos afirmar que o mesmo possui um papel pertinente no assunto espaços públicos urbanos na cidade. Ao fazermos uma análise atual, podemos observar e entender que as novas questões urbanas se conectam de forma intrínseca em pontos como marketing urbano e competitividade.

Dessa forma, Lettieri e Santos (2020) nos trazem essas ideias e complementam ainda que é notável que os investimentos em espaços públicos de lazer não se dão de formas igualitárias, causando desta forma um privilégio de determinadas áreas e desfavorecendo outras.

No que diz respeito ao conceito de espaço público Matos (2010) nos expõe que o mesmo é considerado relativamente recente. Com isso, dentre os séculos XVII, XVIII e XIX, muitos não se opõem a uma noção genérica de espaço público e sim no que concerne a ruas, a praça, os jardins, os mercados, as feiras, e as manifestações no tocante a vidas familiares ou vida privada.

No que tange às incertezas e obstáculos dos espaços públicos, este, além disso procede de uma transformação das práticas urbanas e dos usos e estatutos dos diversos espaços metropolitanos. (Matos, p. 20, 2010). A autora enfatiza,

A distinção entre público/privado, exterior/interior, colectivo/individual, é reajustada pela desagregação social e funcional dos bairros, pelo aparecimento de novas centralidades, pelas novas sociabilidades, pelo desenvolvimento dos transportes rápidos, de novas formas de comunicação, pela concessão de vários tipos de obras e serviços públicos, pela utilização quase generalizada do automóvel (Matos, p.21, 2010)

Lettieri e Santos (2020) salientam que em nosso país, existe um grande aparato regulatório, como Leis de Uso e Ocupação do Solo, Parcelamento do Solo Urbano e Códigos de Edificação. Em consonância com o que foi exposto na seção anterior, os autores também usufruem das ideias de Maricato (2002), na qual, acredita que o planejamento urbano é aplicado somente na “cidade legal”, e por outro lado a cidade

ilegal fica a prístimo, sem planejamentos e longe dos ideias de planejadores reafirmando a falta de uma legislação e afirmação de existência dessa parcela que vive em ilegalidade. Visto isso, os mesmos nos expõem o *city marketing* e planos estratégicos por Sanchez (1999). Esses representam os precípuos no que concernem os instrumentos do novo planejamento urbano, este que se torna nos últimos tempos caracteriza-se como incumbência do poder local, que por sua vez torna-se então a “fábrica de imagem” que possui uma vez como seu ponto basilar “vender a cidade”. (Lettieri; Santos, p.29, 2020) Por conseguinte, os autores nos fazem refletir sobre a questão desse novo modelo que tem por fim gerir a cidade. Lettieri e Santos (2020) ao utilizarem o entendimento de Sanchez (1999) afirmam que esse novo modelo possui o poder de desfigurar atuação no que se refere o poder local, isto é, afetam as promoções de políticas públicas e investimentos que são enfeitados para dar espaço então às interesses privados. Dessa forma, esses grupos com interesses privados, passam então a desempenhar os principais papéis no que se refere a decisões das políticas urbanas. Os conflitos, as faltas, e as atuações dos poderes se manifestam também no lugar.

5 PARQUE JARDIM FLAMBOYANT: UMA DISCUSSÃO SOBRE O BAIRRO E SUAS PRAÇAS.

O Parque Jardim Flamboyant localiza-se na no município de Campos dos Goytacazes, em uma área de expansão dos anos de 1970, tendo sido mais adensada a partir da instalação da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF) localizada no bairro do Horto, outro bairro planejado para implementação da referida universidade, limite com o Jardim Flamboyant.

Segundo Freitas e Faria (2011) o Parque Jardim Flamboyant participou de um fenômeno de verticalização na cidade de Campos dos Goytacazes. Esse fenômeno está dividido em três momentos. O primeiro corresponde à década de 1940. Até que no século XX em seu terceiro momento o Jardim Flamboyant integra esse fenômeno desigual e excludente, que acentua a segregação residencial.

No que diz respeito aos espaços públicos de lazer Matos (2010) reforça o fato de que os mesmos podem ser caracterizados como espaços de *atividade* e comportamento que tem como fim, estimular ações e comportamento dos indivíduos. Em palavras da autora:

[...] o simples passeio, o encontro com a natureza, descansar, brincar, jogar, o encontro com os amigos, o encontro com os outros, o "ver e ser visto". Estes espaços são, geralmente, concebidos e possuem mobiliário próprio conforme o tipo de uso ou comportamentos que lhes são destinados ou que pretendem estimular, por exemplo, bancos nos jardins para descanso, mobiliário nos parques infantis, nos campos de jogos, etc. (Matos, 2010, p.21)

Somando-se a isso, os espaços públicos de lazer não se limitam somente a esses exemplos trazidos ao longo do trabalho e esses evidenciados pela autora, mas também como a mesma se refere a funções higiênicas e profiláticas que atuam contra o congestionamento e degradação ambiental (Matos, 2010; p.22).

Sabendo que os espaços públicos de lazer são de interesse da esfera pública os mesmos contribuem para a construção do desenho urbano que logo também se torna importante para a produção da cidade. Ainda de acordo com Matos (2010), são nesses espaços que a vida, animação e socialização se reproduzem trazendo estrutura para a dinâmica urbana e a produtividade coletiva, ou seja, ao passo que os utentes estimulam o desenvolvimento urbano, contribuem então para que haja uma valorização da qualidade de vida.

Em consonância com as contribuições de Matos (2010), Lettieri (2019) nos remonta que os espaços públicos de lazer possuem uma importância singular no concerne ao desenvolvimento da vida urbana e humana. Esses espaços são utilizados para múltiplas finalidades; indo da interação social a um momento de lazer e descanso particular que alcançam a cidade como um todo e dessa forma afetando toda a conjuntura de uma cidade.

6 JARDIM FLAMBOYANT: ANÁLISES, OLHARES E VIVÊNCIAS

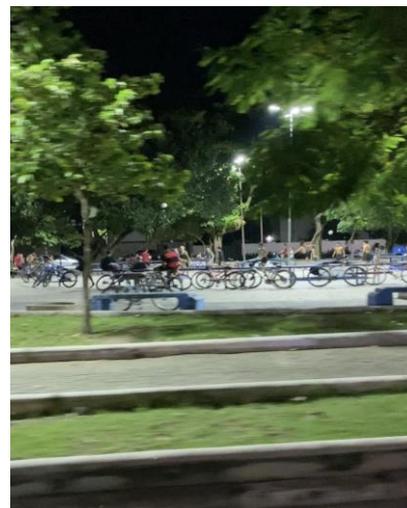
A partir de agora trataremos de observações e análises feitas nas praças do Parque Jardim Flamboyant até o momento atual, visto que a presente pesquisa ainda está em andamento. Vale enfatizar que as praças estão sendo observadas nos mesmos dias e nos mesmos horários para fins de realizar uma comparação mais refinada. As observações foram organizadas e seguiam uma ordem. A princípio iniciamos visitas ao local de uma forma participante, isto é, como se fôssemos usuários do espaço.

A partir do momento em que uma relação foi criada com a praça, o processo de conversas espontâneas com frequentadores e trabalhadores antigos do local tomou início. Em busca de uma primeira conversa, nos encaminhamos até uma barraca de brinquedos. A dona da barraca estava atendendo um cliente. Assim que o atendimento findou a mesma

veio nos atender, perguntei preços de alguns brinquedos e ao iniciar uma conversa que de início obtive uma indagação sobre há quanto tempo ela trabalhava ali, conseguiu nos responder rapidamente que está lá há cinco anos. Assim que me respondeu, clientes chegaram e ela foi atender. Este dia era um sábado e a Praça dos Trovadores (Praça 1) encontrava-se completamente lotada.

A seguir, imagens deste dia na praça. Dentre os dias que foram pesquisados até o momento, sábado foi o dia em que se pode analisar que a praça recebe mais utentes de quase todas as faixas etárias. Com maior frequência de crianças de diferentes faixas etárias, acompanhadas por adultos. As crianças buscam os brinquedos instalados na praça. São tanto brinquedos instalados pela prefeitura quanto brinquedos instalados por permissionários que exploram o espaço comercialmente. Dos brinquedos alugados, identificamos: cama elástica; escorrega inflável; aluguel de carrinhos de controle remoto; bicicletas e triciclos. A praça ainda possui *food truck*; barraquinhas de venda de fogos e estalinhos, carrinho de água de coco.

Figuras 3 e 4 – Adolescentes e jovens na quadra da praça dos trovadores



Fonte: Acervo da autora, abril, 2024

Ainda neste dia, durante o campo, pudemos observar que em todo o momento que lá permanecemos o fluxo de carros particulares e carros de aplicativo era constante, além dos carros que são estacionados ao redor da praça, causando por poucos minutos algumas paralisações no trânsito que circunda a praça. Destaca-se também como podemos visualizar na foto 3, que muitos utentes utilizam a bicicleta para se deslocarem até a praça.

Estes são, em maioria adolescentes do sexo masculino, bem como são eles que usufruem das mesas de futebol de mesa e ping-pong.

Nas figuras 5 e 6 exibimos as placas de inauguração e reinauguração da Praça dos Trovadores (Praça 1). Elas foram uns dos primeiros elementos que nos despertaram a atenção, por simbolizar que efetivamente, a Praça dos Trovadores (Praça 1) recebeu uma revitalização recente, enquanto a praça Poeta Antonio Roberto Fernandes (Praça 2) permanece com a mesma estrutura do ano de dois mil e três como veremos ao decorrer do trabalho.

Figuras 3 e 4 – Placas de identificação da Praça dos Trovadores



Fonte: Acervo da autora, abril, 2024

Sabendo que houve uma recente revitalização na Praça dos Trovadores fica evidente se atentarmos às estruturas aporofóbicas na praça, como mostraremos a seguir na figura 7. O termo aporofobia tem como referência de estudo do mesmo Adela Cortina (2017) rejeição, aversão e desprezo redirecionado aos pobres. Com isso, podemos entender que a aporofobia é uma violação que ocorre de uma forma constante e instantânea, porém por muitas vezes encoberta, como os bancos aporofóbicos em praças além da praça dos Trovadores, causando assim uma violência à dignidade. (Cortina, p. 6 2017).

Zeifert et al, (2019) ao fazerem uma análise da obra de Cortina (2017), compreendem que no século XXI, com um recorte para as sociedades latinoamericanas o fenômeno da aporofobia se torna um agente dos desafios que são encontrados para haja desenvolvimento e democracia na sociedade. (Zeifert, et al, p.629, 2019).

Vale ressaltar que o quarteirão em que a Praça dos Trovadores está inserida, abriga moradores de classe média alta. Ao visitarmos as ruas que circundam a praça podemos perceber pelas casas de alto padrão, sistemas de segurança em todas as casas e guaritas em quase todas as ruas.

Figuras 5 e 6 – Banco com arquitetura aporofóbica na Praça dos Trovadores / Guarita em uma das ruas que circundam a Praça dos Trovadores.



Fonte: Acervo da autora, abril, (2024)

O primeiro fato analisado refere-se ao que em ambas as praças são frequentadas. Entretanto, a Praça 1 recebe maior volume de usuários; que são usuários de classes sociais e finalidades distintas. A Praça 1 recebe usuários que buscam o lazer, enquanto a Praça 2, identificamos usuários que buscam o ócio, a contemplação, o silêncio, o sossego. Assim, em um próximo trabalho, devemos avançar na discussão sobre espaço público de lazer e espaço público do ócio, por entendermos que na língua portuguesa a distinção de significados das palavras expressão práticas sociais distintas e a forma com que tais práticas são aceitas socialmente.

Analisando a praça Poeta Antonio Roberto Fernandes (Praça 2), pudemos entender que para quem usufrui dessa praça é apenas um lugar de passagem ou do ócio. Por exemplo, numa quinta-feira à tarde de observação vimos que as pessoas que passam por ali são para fazer seu exercício cardiovascular do dia ou apenas usufruir do silêncio desta praça. Após sairmos da praça, com nenhum barulho feito ali, a não ser dos carros que passam correndo de forma brutal na avenida lateral da praça. Na praça encontramos

bancos, além de serem poucos, com uma arquitetura antiga que fica no meio da praça e outros como podemos ver ao fundo da figura 8 não possuem estrutura adequada para uso, além de alguns estarem já quebrados.

Figuras 7 e 8 – Equipamentos presentes na Praça Poeta Antonio Roberto Fernandes (Praça 2)



Fonte: Acervo da autora, abril, (2024)

Na visita de um sábado às seis horas da tarde, não vimos ninguém usufruindo da praça Poeta Antonio Roberto Fernandes, a não ser as pessoas fazendo caminhada ao redor e um casal que passou pelo meio da praça e foram embora assim que eu chegamos. Logo fomos à Praça dos Trovadores, e de certa forma não tinha lugar para sentar. Havia pessoas fazendo caminhada, e muitos carros estacionando e chegando com mais pessoas, funcionais acontecendo, time jogando na quadra, crianças e jovens em triciclos alugados e *ubers* chegando também.

Podemos entender, mesmo que de forma inicial, os diversos usos que uma praça possui e a centralidade que ocupa na cidade. A praça 2, mesmo não sendo fortemente utilizada, possui sim seus usos particulares, que é o que pretendemos destrinchar mais a fundo com essa pesquisa que ainda não se findou. As pesquisas continuam para buscar investigar as ações de intervenção do poder público municipal que potencialize ou inibe o uso das praças do Parque Jardim Flamboyant discutindo e analisando os espaços públicos de lazer. Ao passo disso, vamos ainda analisar as infraestruturas dos espaços de lazer, a infraestrutura ao redor desses espaços, o paisagismo, quem são esses utentes da praça e ainda os que ali trabalham e por fim as relações de sociabilidade.

7 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

O presente trabalho é parte integrante da pesquisa de dissertação de mestrado que ainda está em andamento. Entretanto, já foram realizadas visitas sistematizadas em ambas as praças, com um roteiro esquemático para observação e assim obter o melhor resultado na análise e comparação dos espaços em questão.

Não se pode deixar de lado o fato de que a Praça 1 recebe mais usuários do lazer do que a praça 2, porém a praça não deixa de obter seus usos mesmo sendo um espaço de lazer que passa a impressão de esquecimento do poder público.

Sabendo-se disso, ainda pretendemos responder e evidenciar as seguintes questões, quais as ações de intervenção do poder público municipal que potencialize ou inibe o uso das praças do Parque Jardim Flamboyant discutindo e analisando os espaços públicos de lazer, as infraestruturas dos espaços de lazer, a infraestrutura ao redor desses espaços, o paisagismo, quem são esses utentes da praça e ainda os que ali trabalham e por fim as relações de sociabilidade e por qual motivo de uma praça somente ter recebido a revitalização. Por fim, importa ainda considerar que este trabalho nos levou a uma reflexão teórica a respeito da distinção da prática de lazer e ócio, que merece um esforço para explicar tais fenômenos a partir de referenciais teóricos apropriados.

8 REFERÊNCIAS

CASTELLS, Manuel. **Cidade, classe e poder**. In: Cidade, classe e poder. Palgrave, Londres, 1978. p. 167-173.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Espaço: um conceito-chave da geografia**. IN: CORRÊA, Roberto Lobato; CASTRO, Iná e GOMES, Paulo César da Costa. Geografia, conceitos e temas. Rio de Janeiro, Bertand Brasil, 1995 [p. 15]

CORRÊA, Roberto Lobato. **Diferenciação sócio-espacial, escala e práticas espaciais**. Revista Cidades, v. 4, n. 6, 2007.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1989.

CORTINA, Adela. **Aporofobia, el rechazo al pobre**. 2017.

DE MATOS, Fátima Loureiro. **Espaços Públicos e Qualidade de Vida nas Cidades-O caso da cidade do Porto**. 2010.

FREITAS, Kêila Pirovani; FARIA, Teresa Peixoto. **Produção e apropriação do espaço urbano de Campos dos Goytacazes–RJ: da residência unifamiliar aos edifícios de apartamentos.** Anais do Seminário Nacional da Pós-Graduação em Ciências Sociais-UFES, v. 1, n. 1, 2011

GOMES, Magno Federici; PINTO, Wallace Silva. **Justiça socioambiental e processo de urbanização das cidades.** Revista de Direito da Cidade, v. 12, n. 1, p. 582-608

HAESBAERT, Rogério. **Região, Diversidade Territorial e Globalização.** GEOgraphia, - Ano. 1, no 1, 1999. p. 15-39.

LEFEBVRE, Henri et al. **O direito à cidade.** São Paulo: Centauro, 2001

LOBATO, Flavio Henrique Souza; BAHIA, Mirleide Chaar. **ESPAÇOS CONVENCIONAIS DE LAZER EM BELÉM (PA), ENTRE O CENTRO E A PERIFERIA: DE QUE LAZER ESTAMOS FALANDO E PARA QUEM?.** Revista Brasileira De Estudos Do Lazer, v. 9, n. 2, p. 111-134, 2022

LETTIERI, Ana Paula Pereira de Campos. **Espaços livres públicos e a vida nas cidades: uso e apropriações de três praças localizadas em Campos dos Goytacazes/RJ. 2019.** 220 f. 2019. Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado em Planejamento Regional e Gestão da Cidade)–Universidade Candido Mendes, Campos dos Goytacazes, 2019.

LETTIERI, Ana Paula Pereira; DO SANTOS, Valdir Júnio. **Praças públicas e planejamento no município de Campos dos Goytacazes/RJ. Petróleo, Royalties e Região,** v. 17, n. 66, 2020.

MARICATO, E. Brasil, **Cidades: alternativas para a crise urbana.** São Paulo: Vozes, 2001.

MARICATO, Erminia; FERREIRA, João Sette Whitaker. **Operação Urbana Consorciada: diversificação urbanística participativa ou aprofundamento da desigualdade.** Estatuto da Cidade e Reforma urbana: novas perspectivas para as cidades brasileiras. Porto Alegre, 2002.

MESQUITA, Zandor Gomes. **O patrimônio industrial como elemento constituinte da paisagem de Campos dos Goytacazes.** Dissertação (Mestrado) em Políticas Sociais, Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes, 2011.

SERPA, Ângelo. **Segregação, território e espaço público na cidade contemporânea.** In: VASCONCELOS, Pedro de Almeida; CORRÊA, Roberto Lobato; PINTAUDI, Silvana Maria (Orgs.). A cidade contemporânea: segregação espacial. São Paulo: contexto, 2016.

VILLAÇA, F. **Espaço intra-urbano no Brasil.** São Paulo: Studio Nobel/FAPESP, 1998.

XAVIER, Denise Rosa. **POLÍTICAS DE LAZER E SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL: O CASO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES, RJ.** Dissertação

de Mestrado em Políticas Sociais. Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. Centro de Ciências do Homem. Campos dos Goytacazes, RJ, 2004.

ZEIFERT, Anna Paula Bagetti; STURZA, Janaína Machado; AGNOLETTO, Vitória. **Políticas públicas e justiça social: uma reflexão sobre o fenômeno da aporofobia proposto por Adela Cortina.** Revista Jurídica Meritum, Belo Horizonte, v. 14, n. 2, p. 627-649, 2019.